



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

PROJETO DE LEI Nº

19/15

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 03 FEV. 2015

1º Secretário

SÚMULA: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o evento "CRISTO É NOSSO SHOW", que é realizado anualmente no município de CAMPO MOURÃO.

Art. 1º - Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o evento "CRISTO É NOSSO SHOW", que se realiza anualmente, no mês de novembro, em Campo Mourão.

Art. 2º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei e adotar medidas para apoiar a organização do evento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, em 02 de fevereiro de 2015.


DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual

1/1 000062 15/02/2015 15:13 000062 1/1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa inserir o evento "CRISTO É NOSSO SHOW" no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná. Este evento é realizado anualmente no mês de novembro no município de Campo Mourão.

Trata-se de um evento religioso que utiliza a música como vetor principal atraindo milhares de pessoas de várias partes do país, principalmente jovens que cultuam este estilo de música religiosa, contribuindo para o desenvolvimento da arte e da cultura do país.

Além da música, também são realizadas apresentações de dança, teatro e artes plásticas. É um evento já consolidado regionalmente, pois desde 2003 é realizado.

É um evento importantíssimo nos dias de hoje onde a realização deste tipo de evento de caráter religioso, também ajuda na conscientização dos jovens retirando-os do descaminho e orientando-os na sua vida futura.

São estas as razões que nos levam a submeter o presente projeto de lei à apreciação desta Casa Legislativa, na expectativa de que seja discutido e aprovado na devida forma regimental.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



PARECER AO PROJETO DE LEI 19/2015

Projeto de Lei nº. 19/2015

Autor: Deputado Douglas Fabricio.

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o evento "CRISTO É NOSSO SHOW", que é realizado anualmente no município de Campo Mourão.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO O EVENTO CRISTO É NOSSO SHOW. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Douglas Fabricio, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial de Eventos do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



Estado do Paraná, o evento "Cristo é nosso show", a ser realizado anualmente no mês de novembro, no município de Campo Mourão.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada senão vejamos:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Da mesma forma, a Constituição do Estado do Paraná, aduz:

Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Assim, a presente proposição se amolda ao contido no artigo 165 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 10 de Março de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO GILSON DE SOUZA
RELATOR


Dep. Rufino

Dep. Claudete


Dep. Flávio

Dep. Trips
Fronerichini

APROVADO

10.03.15


Dep. Leuphion

Dep. Am

Dep. Pastor



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº

66/15

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 04 FEV, 2015

1º Secretário

Súmula: Insere no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Paredão, realizada anualmente, no ultimo domingo do mês de maio, no Município de Jaguariaíva.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Paredão, realizada anualmente, no ultimo domingo do mês de maio, no Município de Jaguariaíva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 04 de fevereiro de 2014.

TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende instituir no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Paredão, realizada anualmente, no último domingo do mês de maio, no Município de Jaguariaíva.

Segundo informações da Seção de História da Espeleologia da Sociedade Brasileira de Espeleologia, as origens da Santa do Paredão remontam aproximadamente ao ano de 1920, quando um morador local, Senhor Justino de Miranda, contava que caçadores haviam localizado uma imagem de uma Santa. Mais tarde, ao voltarem para buscá-la, constataram que ela havia mudado de lugar, para o alto do paredão onde está situada até a presente data.

Assim, o local é frequentado por romeiros e, anualmente, promove-se uma caminhada da Cidade até o local, onde é celebrada a Santa Missa e promovida uma grande festa.

O evento é realizado pela Paróquia Senhor Bom Jesus da Pedra Fria e conta com diversas atividades como a instalação de barracas de comidas e artigos, o desafio de cicloturismo, apresentações culturais, entre outras atrações, recebendo pessoas de várias regiões do Estado.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, para a divulgação e promoção da Festa da Santa do Paredão, pedimos o seu devido apoio e a sua consequente aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 66/2015

Projeto de Lei nº 66/2015

Autor: Deputado Tercílio Turini.

Súmula: Insere no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Paredão; realizada anualmente, no último domingo do mês de maio, nos Municípios de Jaguariáiva.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A FESTA DO PAREDÃO. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a "Festa do Paredão", a ser realizada anualmente, no último domingo do mês de maio, no Município de Jaguariáiva.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apolará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da **Lei Complementar Federal nº95/98**, bem como, no âmbito estadual, da **Lei Complementar nº 176/2014**, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



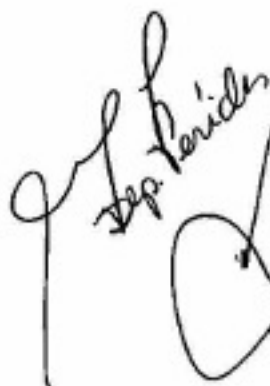
CONCLUSÃO

Diante do exposto opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 10 de março de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADA CLAUDIA PEREIRA
RELATORA

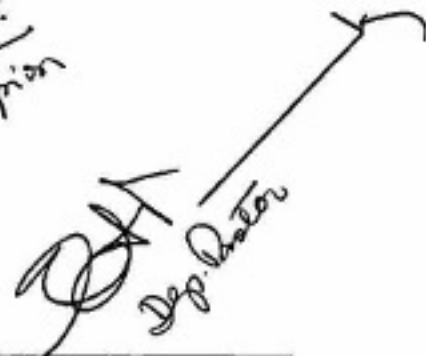

Dep. Fritsch


Dep. Ramonceli


Dep. Felson
Francischini
Dep. Trigo


Dep. Claudio


Dep. Ramprion


Dep. Antonio

APROVADO

10.03.15